

RENDA

Página 15

# IBGE aponta que extrema pobreza aumentou no País em 2017

# Extrema pobreza aumenta no Brasil, diz IBGE

Contingente de pessoas que vive com menos de R\$ 406,00 por mês chegou a 54,8 milhões de brasileiros

O número de brasileiros em situação de extrema pobreza cresceu em 2017, frente ao observado em 2016, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de famílias pobres também teve alta: entre aquelas que vivem com menos de R\$ 406,00 por mês, o contingente subiu em 2 milhões de pessoas entre 2016 e 2017, chegando a um total de 54,8 milhões de brasileiros nessa situação.

No caso da extrema pobreza, o IBGE adota diferentes cortes de rendimentos. Em cinco de sete deles há uma piora do cenário. Ao analisar domicílios com renda per capita de um quarto do salário-mínimo (R\$ 234,25), o País saiu de uma taxa de 12,6% das residências, em 2016, para 13% em 2017 – alta de 0,4 ponto percentual.

O Nordeste teve o maior avanço de pessoas nessa condição:

eram 23,9%, em 2016, e passaram a 25%, alta de 1,1 ponto percentual.

A única faixa de renda que teve queda em 2017 no número de domicílios foi aquela entre um quarto e meio salário-mínimo per capita. Em 2016, 18,5% dos domicílios se encontravam nesse corte, taxa que passou para 17,7% no ano passado.

Já no corte das famílias que têm renda domiciliar per capita inferior a R\$ 85,00 mensais, houve alta de 0,7 ponto percentual, na comparação entre 2016 e 2017, de 4% para 4,7%. Esse é o valor de rendimento que permite ao cidadão ser beneficiário do Bolsa Família. Novamente, o indicador está acima da média no Nordeste, região que mais cresceu na comparação anual, de 7,4%, em 2016, para 9% em 2017.

Na segunda faixa de recebimento do Bolsa Família, com domicílios com renda per capita de

R\$ 85,00 a R\$ 170,00 mensais, o indicador ficou estável em 4,1% no ano passado. O Nordeste, por exemplo, teve ligeira alta, de 8,5% para 8,7% dos domicílios. No Sudeste, que concentra a população mais rica do País, o contingente de pessoas em extrema pobreza era 1,5%, em 2016, e passou a 1,8% no ano seguinte.

Na última nota de corte estabelecida pelo IBGE, o instituto calculou o percentual de domicílios com renda per capita de US\$ 5,5 por dia, considerando uma Paridade de Poder de Compra que estipula que US\$ 1 é igual a R\$ 1,66, considerada a linha de extrema pobreza pelo Banco Mundial.

Em 2017, 26,5% dos domicílios brasileiros viviam com renda per capita de US\$ 5,5 por dia. O resultado do ano passado representou alta de 0,8 ponto percentual em relação ao apurado um ano antes, quando 25,7% dos domicílios bra-



**No Estado, 13,5% da população tem renda per capita de US\$ 5,5 por dia**

sileiros estavam nessa situação.

Segundo essa nota de corte, o País tem 15 estados com percentual de população em extrema pobreza que supera a média nacional, sendo os destaques mais negativos Maranhão (54,1%) e Alagoas (48,9%), com metade de

sua população nessa condição.

Na ponta oposta, Santa Catarina (8,5%) e Rio Grande do Sul (13,5%) apresentaram os menores percentuais. São Paulo (14,9%), Rio de Janeiro (19%), Minas Gerais (20,9%) e Espírito Santo (21,7%) ficaram abaixo da média nacional.

## Trabalhador com diploma ganha mais que o dobro de quem tem Ensino Médio

O Brasil é o país onde cursar o Ensino Superior aumenta mais as chances de empregabilidade e de ter salário maior, segundo comparação do IBGE de dados brasileiros com os das nações que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Enquanto uma pessoa com o diploma universitário no País ganha 2,5 vezes mais do que alguém com Ensino Médio, a média na OCDE, para um conjunto de 46 países (36 membros + 10 afiliados), era de 1,6 vezes mais.

Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que esse abismo pode ser explicado por três fatores. O primeiro deles é estrutural: o emprego, no Brasil, é bastante concentrado nos serviços, setor que exige pouca qualificação e tem um alto nível de informalidade. Logo, emprega muita mão de obra com Ensino Médio

a baixos salários. O segundo é a deficiência da qualidade do Ensino Médio, pouco voltado para a formação para o mercado de trabalho, o que também desvaloriza os salários de ocupações que exigem essa qualificação. O terceiro trata-se de uma lógica de mercado. Como o grupo de pessoas com Ensino Superior é relativamente pequeno, são profissionais mais valorizados.

Para Marcelo Neri, diretor do FGV Social e estudioso do tema, essa desigualdade, além de gigantesca, tem se mostrado imutável. O prêmio médio da educação para o Brasil - que é quanto um ano médio a mais de estudo impacta a renda média - caiu nos últimos 20 anos no País. Exceto para quem tem nível superior. "Subiu bastante nesse período o quanto a mais a pessoa que fez Ensino Superior vai ganhar em relação a quem tem o Ensino Médio", diz Neri.



## Desocupação subiu para 12,5% entre 2014 e 2017

A taxa de desocupação do mercado de trabalho brasileiro, que era de 6,9%, subiu para 12,5% entre 2014 e 2017, o que significa 6,2 milhões de pessoas desocupadas a mais no período, com crescimento em todas as regiões e em todos os grupos etários. O trabalho informal chegou a 37,3 milhões de pessoas, o mesmo que 40,8% da população ocupada, ou dois em cada cinco trabalhadores. Segundo o IBGE, o contingente cresceu 1,2 milhão desde 2014, quando era 39,1% da população ocupada.

A maior participação em trabalhos informais, em 2017, era de pretos ou pardos (46,9%), ante a de brancos (33,7%), que ganhavam, em média, R\$ 2.615,00, ou seja, 72,5% a mais que os pretos ou pardos, que tinham vencimentos de R\$ 1.516,00. A diferença ocorre também no gênero. Os homens recebiam R\$ 2.261,00, equivalentes a 29,7% a mais que as mulheres, que tinham salários de R\$ 1.743,00.

A proporcionalidade de bran-

cos (45,8%) e a de pretos e pardos (53,2%), na visão do IBGE, “constitui também uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho”. A presença de pretos ou pardos era maior em atividades com menores rendimentos médios, como agropecuárias (60,8%), construção civil (63,0%) e serviços domésticos (65,9%), justamente as que, no ano passado, tinham os menores rendimentos médios. A situação foi diferente nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, que tiveram mais participação de pessoas brancas (51,7%).

No mesmo ano, a razão entre o topo da distribuição dos rendimentos e a base mostrou que os 10% com maiores rendimentos recebiam 12,4 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos. Entre os empregados sem carteira assinada, os da agropecuária tinham a desigualdade mais acen-

tuada. Recebiam, em média, 47,1% do que ganhavam aqueles com o documento assinado. Era também desigual na indústria e na construção civil, onde os trabalhadores recebiam pouco mais da metade do que os de carteira assinada.

Entre 2014 e 2017, houve elevação de 28,9% na população subocupada por insuficiência de horas. No período, subiu de 5 milhões de pessoas, em 2014, para 6,5 milhões em 2017. No ano passado, as mulheres que representavam 43,4% da população ocupada chegaram a 53,6% da população subocupada por insuficiência de horas. As pessoas pretas ou pardas eram 53,2% dos ocupados, mas aumentavam e chegavam a 65,4% dos subocupados. Houve diferença ainda entre os trabalhadores de 14 a 29 anos. Eles eram 26,6% dos ocupados, mas 34,1% dos subocupados. Já os sem instrução ou com fundamental incompleto eram 27,6% dos ocupados e 37,7% dos com insuficiência de horas.